

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comício Braziliense Class.: Política Indígena
Data: 11/12/92 Pg.: 13 440

Índio quer a criação de uma nova ordem econômica

Numa referência ao pensamento do economista Celso Furtado que condiciona a força cultural das nações indígenas ao fortalecimento econômico destes povos, o presidente do Comitê Intertribal-Memória e Ciência do Índio Brasileiro, Marcos Terena, afirmou ontem que é preciso definir com urgência uma nova ordem econômica entre o índio e o branco no Brasil. "O índio não pode mais caçar e pescar para a sua subsistência, tampouco continuar caindo no conto das madeiras ou das mineradoras", justificou.

Esta nova ordem econômica precisa de uma política adequada à realidade das várias populações indígenas, conforme entendimento de inúmeras organizações internacionais que estabelecem para 1993 uma série de prioridades nas lutas de resistência indígenas. O Ano Internacional do Índio, lançado ontem em Nova Iorque

pelas Nações Unidas, com a leitura da Declaração Universal dos Direitos Indígenas, servirá, segundo Marcos Terena, para que cada sociedade indígena busque novas formas de relações com o Governo e a sociedade envolvente.

Marcos Terena preside a Comissão do Ano Internacional do Índio, criada pelos Carajá, Paresi, Terena, Xavante, Guarani, Capiuna, entre outros povos do Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Norte do País. Esta comissão apresentará à ONU uma vasta programação científica e cultural a ser desenvolvida em vários estados durante todo o ano de 1993, articulando com organizações de outros países discussões dos problemas sócio-econômicos que mais afligem os índios brasileiros.

Esta programação obedecerá a recomendações das próprias Nações Unidas, de entidades de todo o mundo e especificamente às

necessidades das populações indígenas que vivem no Brasil. De acordo com Marcos Terena, entre estas diretrizes estará a atenção especial à mulher, à juventude e à criança indígena. A proteção aos habitats dos índios respeitando as suas metodologias e valorizar a experiência do índio no manejo dos recursos naturais também serão observadas.

As assembleias, os seminários e outros foruns de discussões dos problemas enfrentados pelos índios no País vão ressaltar a necessidade de programas de educação que considerem as experiências indígenas, a educação bilingue e treinamento vocacional do índio. As manifestações culturais e o esporte (arco e flexa, corrida da tora e outros) devem ser estimulados, além disso será preciso pesquisar e executar programas de prevenção da droga e abusos alcoólicos, estendendo as pesquisas para as causas do suicídio.

Líder promete fazer pressão

Ainda sem mecanismos de defesa contra possíveis retrocessos na revisão constitucional deste ano, as sociedades indígenas, segundo avaliação de Marcos Terena, precisam se articular a fim de pressionar o Congresso Nacional na garantia de seus direitos.

Para ele, a condução do processo de discussão do Estatuto do Índio é uma clara demonstração de que a intenção foi deixar as decisões para a revisão constitucional. "Tivemos quatro propostas para o Estatuto e nenhuma delas definia sequer o que é o índio", disse Terena, repetindo uma preocupação demonstrada pelo próprio procurador Wagner Gonçalves, responsável pela avaliação das propostas.

De acordo com Marcos Terena, as sociedades indígenas brasileiras estão divididas em 180 nações com língua e cultura próprias e cada uma delas tem um nível distinto de relacionamento com o homem branco.

Falta de verba é preocupante

O esvaziamento da Funai, que hoje ficou sem recursos para atuar nas áreas de saúde, educação e meio ambiente, é outra preocupação das lideranças indígenas. "quando criticávamos a Funai queríamos o seu melhoramento e não o seu fim", explicou Marcos Terena, ressaltando que o movimento indígena no País deve formar uma rede de inteligência, unida por objetivos comuns, ao lado dos caciques e chefes de aldeias, para garantir avanços em questões como a demarcação de terras ou a própria gestão da Funai.

Esta frente de inteligência indígena, que pode ter a participação das organizações de todo o País, como a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasilei-

ra), a Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), o Cimi, o NDI, entre outras, contará, segundo Marcos Terena, com a força dos 38 vereadores índios eleitos este ano nas regiões sul, Norte e Centro-Oeste. "Podemos lutar para que esta frente interfira na campanha presidencial de 1994, de forma a garantir que na próxima gestão o índio assuma a presidência da Funai", acentuou.

Esta proposta faz parte de um projeto maior, que vem sendo discutido já há alguns anos por lideranças de todo o País, diante da necessidade de uma política indigenista no Brasil. É aguardado apenas a confirmação do presidente Itamar Franco na Presidência para se desencadear a luta pela criação de uma Secretaria Especial do Índio que concentraria e planejaria o papel da Funai, executora desta política. Entre outros nomes para a pasta, Marcos Terena aponta o senador Darci Ribeiro.